

NINGUÉM SEGURA ESTE PAÍS

Resenha: ZIBECHI Raúl. Brasil potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2012. ISBN: 978-958-8454-29-0

Angelita Matos Souza*

Não deixa de ser curioso que após todo o debate dos anos 1990 – sobre neoliberalismo, neocolonialismo, nova dependência – e toda a lamentação que acompanhou o primeiro governo Lula – quanto à continuidade da política macroeconômica dos governos FHC – se tenha passado, nos últimos anos, ao discurso em torno da emergência do Brasil potência, acompanhado de críticas ao suposto imperialismo brasileiro. Ao que parece, bastou algum crescimento econômico, combinado ao expansionismo de uma dúzia de empresas nacionais, apoiadas por bancos estatais, para que o sonho de potência despertasse novamente e viessem à tona manifestações tanto de entusiasmo como de descontentamento com a emergência & imperialismo do Brasil, em exercícios que superfaturam o potencial do país. O livro de Raul Zibechi, *Brasil potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo*, chama atenção por combinar as duas posições: a aposta na emergência

* Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP. Doutora em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia/UNICAMP. Professora de História Econômica e Sociologia no curso de Geografia da Unesp, campus de Rio Claro. E-mail: angelitams@uol.com.br.

do Brasil como potência global às críticas ao imperialismo sobre países vizinhos.

Os anos Lula são entendidos por Zibechi a partir da aliança entre governo, burguesia local, militares mais atores políticos novos e inusitados: os dirigentes dos fundos de pensão, agora entre os proprietários de multinacionais brasileiras. Essa elite política ampliada partilharia de uma estratégia para elevar o país ao posto de potência mundial, a partir da sua posição de potência regional (fortalecida pela crise nos EUA), sendo a economia brasileira considerada um centro autônomo de acumulação de capital, com empresas multinacionais entre as maiores do mundo, apoiadas pelo Estado e à frente de grandes projetos de infraestrutura e negócios diversos especialmente pela América do Sul, mas cujo expansionismo não se restringe à região. À força das empresas locais somar-se-ia uma diplomacia com maior expressão internacional e estratégias articuladas de intervenção/resolução de conflitos regionais, além de uma política sólida de fortalecimento militar, que não dispensaria demonstrações de força intimidadoras aos vizinhos. Nesse contexto, seria pertinente a retomada da noção de *subimperialismo* de Ruy Mauro Marini, com atualizações e, pelo jeito, o sub não condiz com a situação do Brasil neste início de século.

Muito da análise soa como algo próximo à ficção, com declarações/discursos/projetos levados demasiadamente a sério, sem dados sobre realizações/resultados efetivos que sustentem a tese do Brasil potência. O projeto de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), por exemplo, é dado como certo, embora o autor não se debruce sobre os resultados modestos da Agenda Consensual (para o período de 2005-2010), agenda já bastante modesta face ao projeto original, sendo que obras do PAC em andamento – como algumas hidroelétricas – certamente seriam realizadas independentemente da IIRSA. Também seria aconselhável menos otimismo no que diz respeito ao MERCOSUL/UNASUL, sobretudo após a carta de despedida de Samuel Pinheiro Guimarães do posto de alto representante geral do

MERCOSUL. Aliás, algumas páginas são dedicadas às biografias de representantes da elite política dos governos Lula (com destaque ao próprio Guimarães, demais estrategistas do NAE, dirigentes sindicais, entre outros), contudo a relevância da descrição biográfica à análise empreendida não está clara e muitos dos mencionados deixaram o governo Lula ainda no primeiro mandato.

Grande ênfase é conferida à estratégia, sobretudo ao Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) e ao seu *Projeto Brasil Três Tempos 2007, 2015, 2022*, pois todo país que almeja ascender à posição de potência global precisa de planejamento estratégico e o Brasil teria experiência nesse sentido, tendo orientado seu desenvolvimento por meio de planos como o de Metas, no governo Kubitschek, e o II PND, no governo Geisel. As comparações com o período da ditadura militar atravessam o texto, haveria uma espécie de continuidade entre este e os governos Lula, porém o autor não chega a comparar os níveis de investimentos de governos militares ou do governo JK com os dos governos Lula, o que certamente obrigaria a relativização de suas posições. Em todo caso, o esforço para pensar o Brasil e estratégias de desenvolvimento parece ter sido intenso, envolvendo várias instâncias governamentais e inúmeras pessoas, sendo as reflexões produzidas pelo *Projeto Brasil Três Tempos*, no qual se concentra o autor, interessantes *de per si*. E o trabalho de Zibechi desperta o interesse por investigações mais exaustivas, para além dos projetos e intenções.

O papel do Estado na reorganização do capitalismo brasileiro é abordado mais diretamente a partir do capítulo 6 e, se os governos FHC privatizavam, os governos Lula buscarão a conglomeração econômica. Fundamentalmente a partir do segundo mandato, BNDES e fundos de pensão seriam utilizados na reorientação do capitalismo brasileiro, em função dos interesses estratégicos da nova elite no poder, que passariam pela consolidação de empresas campeãs nacionais. Apesar da pouca atenção conferida aos conflitos de interesses no interior do bloco no poder, o livro traz uma gama de informações relevantes sobre política econômica e geopolítica. Algumas até divertidas, como a

que inicia o capítulo 4, dedicado ao tema da defesa nacional, relatando a expedição de oficiais do exército ao Vietnã, a fim de aprenderem técnicas de guerrilha responsáveis pela derrota dos EUA naquele país décadas atrás. O objetivo teria sido aprender a utilizar a selva amazônica para fins de defesa, caso alguma potência venha a invadir o país com a finalidade de se apropriar de recursos naturais estratégicos.

Conforme o autor, uma nova conquista da Amazônia estaria em curso, liderada pela construção de grandes hidroelétricas na região, com os inúmeros impactos socioambientais despertando a resistência de movimentos sociais no Brasil e países vizinhos. Raul Zibechi denuncia abertamente o imperialismo brasileiro sobre os vizinhos, como toda potência estaria o país perseguindo a construção do seu quintal, porém, como tudo parece depender essencialmente da vontade política da nova elite no poder, o autor finaliza apelando à liderança brasileira numa integração regional assentada na cooperação e amizade com os países da região. Sem deixar de conclamar para luta os movimentos sociais, sobre os quais faz muitas considerações, com destaque às transformações do mundo sindical brasileiro. Por fim, a leitura tanto pode agradar aos mais ufanistas como despertar a indignação das vozes anti-imperialistas e vale a pena ler a obra, ainda que seja deveras difícil acreditar que o Brasil esteja escapando à condição de periferia por meio da planificação estatal estrategicamente pensada para tanto.